

VOTAR

E UM GRANDE DEVER

S.N.I.

1452

O PENSAMENTO DE SALAZAR

VOTAR É UM GRANDE DEVER

*DISCURSO DE SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE
DO CONSELHO, NA SALA DA BIBLIOTECA
DA ASSEMBLÉIA NACIONAL, EM 7/10/1945*

EDIÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO

VOTAR É UM
GRANDE DEVER

O PENSAMENTO DE SALAZAR

VOTAR É UM GRANDE DEVER

*DISCURSO DE SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE
DO CONSELHO, NA SALA DA BIBLIOTECA
DA ASSEMBLÉIA NACIONAL, EM 7/10/1945*

EDIÇÕES

S N I

LISBOA



mil novecentos e quarenta e cinco

SIND.
1452

INCORPORAÇÃO

MEUS SENHORES:

Para economizar-vos tempo dei-me ao trabalho de redigir estas palavras e esforcei-me por me cingir nelas ao essencial da questão cujo exame nos reúne aqui. Julgo poderei assim ser breve e simples. Aliás o meu fim é apenas ilustrar com algumas considerações a dissolução da Assembléa Nacional ontem decretada e a convocação dos colégios eleitorais para se constituir a nova Câmara. Veremos êstes actos à luz das nossas conveniências internas, sem esquecer as indicações do momento internacional.

I

A Constituição Política foi revista na última sessão extraordinária da Assembléa Nacional, em harmonia com a deliberação, já anteriormente tomada, de antecipar a revisão do texto constitucional. Alterada a constituição da Câmara quanto ao número de Deputados — e não importa agora investigar o valor e o sentido das outras alterações — o Governo entendeu que se impunha a dissolução da actual Assembléa. Êste acto, que assim surge dentro das exigências da lógica ju-

rídica, constitui porém acto político de relêvo, pela necessária consulta ao eleitorado, convidado a escolher os novos Deputados. A escolha deve fazer-se em harmonia com a lei eleitoral já publicada e vigente à data da dissolução, e que estabelece um regime incontestavelmente dotado de maior maleabilidade que o anterior.

O preceito constitucional que manda reunir a Assembléa em 25 de Novembro, para aprovação da lei de receita e despesa, obriga a fixar as eleições políticas para 18 de Novembro, o mais tardar, salvo se preferíssemos convocar para votação daquela lei a Câmara dissolvida, o que pareceu constitucionalmente possível, isto é, correcto em puro direito constitucional, mas pouco lógico no plano político. Somos assim obrigados a contentar-nos com um período eleitoral de quarenta dias, que aliás se coaduna com a prática de muitos outros Estados e se afigura sufficiente no caso português.

Na verdade nem a nova Câmara tem poderes constituintes nem estão postas questões no terreno da política nacional que suscitem profundas divergências ou exijam esclarecimentos acima das possibilidades correntes da discussão. Afirmo-o com os olhos postos na saudável e benéfica calma política em que, mercê da aceitação geral dos princípios fundamentais da organização constitucional e social da Nação portuguesa, temos conseguido viver, e não de modo algum porque receássemos pôr ao eleitorado qualquer questão, a mais transcendente que sôbre a forma do Estado se lhe possa submeter. É conhecido o nosso pensamento àcerca dos fundamentos filosóficos de tais actos, mas reconhecemos que há momentos em que pode convir politicamente esclarecer o ambiente por meio de uma consulta directa à Nação. Nisto mostramos disposição de ânimo mais resoluta e liberal que a maior parte dos nossos democratas, àcerca dos quais podemos com afoiteza assegurar ficarem muito àquem de nós em confiança nas urnas àcerca da definição de um problema político fundamental.

O Govêrno julga no entanto essencial à dignidade da sua

própria situação que existam de direito e de facto as condições de seriedade, de segurança e de liberdade, correspondentes à magnitude destes actos, além da atmosfera de calma e generosa benevolência que esteja ao seu alcance criar. Por isso não só se propõe decretar uma amnistia suficientemente ampla para abranger todos os crimes contra a segurança interior e exterior do Estado, com excepção, é evidente, dos atentados pessoais, dos crimes de rebelião armada e dos que tomaram a forma de terrorismo político, mas procurou-se ir mais longe. Uma série de decretos a publicar imediatamente suprime o regime excepcional sobre a segurança do Estado e garantirá de modo efectivo a liberdade dos cidadãos contra a eventualidade de prisões arbitrarias. Para isso se integram no regime de direito comum estes aspectos fundamentais da organização jurídica. Organiza-se a polícia de defesa do Estado nos mesmos moldes da polícia judiciária comum; modificam-se alguns institutos do processo penal e reorganizam-se os tribunais criminais ordinários para que possam ser os seguros guardiões da ordem jurídica e social, sem ofensa dos legítimos direitos dos cidadãos. Na mesma orientação nós poderemos ainda decretar o regime do *habeas corpus*, promessa da Constituição e aspiração de muitos que, mais generosos que esclarecidos, se dispõem a ver na instituição facilidades e garantias que nem mesmo no seu país de origem ela realmente comporta. Seja como fôr, e embora se possa asseverar não terem sido entre nós numerosos ou excessivamente graves os desvios e injustiças, uma ou outra se pode ter cometido por erro dos homens ou pela própria imperfeição das instituições, e o nosso dever é corrigi-las e aperfeiçoá-las para evitar se repitam.

Espero finalmente que haja a liberdade de imprensa suficiente para que possam ser apreciados sem restrição os actos do Governo e seja possível a propaganda das idéias políticas e dos candidatos apresentados ao sufrágio.

II

Devo ter deixado claro pela simples exposição dos factos que dissolução e novas eleições se integram no lógico desenvolvimento da nossa vida política interna, a qual se aperfeiçoa e progride dentro dos princípios prèviamente traçados, não se tratando de actos aparentados de perto ou de longe com a concorrência eleitoral em que a Europa tão afadigadamente se lançou. Em virtude das necessidades de regularização da vida política e da constitucionalização dos Estados cuja estrutura em mais de um caso se rompeu com a guerra ou por fôrça de exigências a esta ligadas, quási todos os Estados europeus, sem distinção de vencidos ou vencedores, se encontram a braços com agitações políticas cuja amplitude vai desde a simples competição partidária até às mudanças de regime e profundas reformas sociais. Não há porém dúvida de que a guerra, não digo provocou ou criou, porque talvez não seja exacto, mas findou num *clima social e politico* que se lhe reporta e há necessidade de ter em consideração.

Esse clima não pode ser determinado ainda com precisão nem nos contornos de instituições a que dê origem nem na profundidade de reformas a que dê causa. Trata-se por ora duma espécie de nebulosa, conjunto de aspirações vagas, reivindicações, fôrças que se movimentam sem directrizes concretas, buscando às apalpadelas possibilidades de realização ou de comando.

Sob o aspecto social, devemos pensar que o movimento é muito anterior à guerra e independente dos partidos que nela se digladiaram; mas a chamada guerra total, pelo apêlo constante a tôdas as fôrças e classes da Nação, a extensão das mobilizações militares e industriais, a solidariedade intensamente vivida no seio das nações e até da comunidade internacional em face dos perigos, dos trabalhos e dos sofrimentos — tornou, mercê de todos êstes factores, mais vivo e intenso esse clima social. O pior é que muita reforma ou melhoria exe-

quível com as riquezas da paz pretende obter satisfação imediata e integral no meio dos escombros, ruínas e miséria causadas pela guerra. Em tais termos é de rezear que, em vez de mais equitativas distribuições de riquezas criadas, se assista aqui e além à traslação em massa dos meios de produção, o que deixará o problema praticamente no mesmo ponto, com outros beneficiários e diferentes queixosos.

Relativamente ao *clima político* é por demais evidente que a bandeira da vitória foi desfraldada e ficou drapejando ao vento da democracia, mas a idéa, suficientemente vaga para ser aceite como lema, revelou-se bastante imprecisa para servir de base à construção política. E já vozes se erguem dentre a imensa contradição do momento sugerindo ansiosamente comecemos por definir os termos da questão.

Por mim creio que o pensamento político europeu, no sentido da revisão objectiva, à luz da razão e da experiência, dos princípios que devem reger a organização e o governo das nações, acusa um nítido recuo, isto é, um retrocesso. Mas não o digo em voz alta — seria inútil, porventura contraproducente, quando o mundo referve de paixões, se embriaga de palavras e sentimentos indefinidos, e o grande número, receoso de não estar na moda, se esfalfa a repetir tiradas de discursos, tão antigos como inúteis.

Tudo isto está dando à vida tal falta de sinceridade, de verdade, de objectividade que são bem de lastimar os homens sôbre quem os acontecimentos lançaram o encargo de traçar ao mundo novas directrizes. Embora se saiba que a rivalidade dos interesses tende a agravar a confusão na ordem prática, os homens habituados à reflexão não podem deixar de sentir a gravidade das contradições e dos equívocos em que a Europa se debate, se esteriliza e cada vez mais se diminui. Esperemos que se trate de uma crise de pensamento provocada pela ruptura de equilíbrio pré-existente. Esperemos ainda que, separado o trigo do joio, a verdade do êrro, o caduco do esperançoso e vivo, se possam descobrir as novas fórmulas, encontrar a síntese das aspirações e valores que surgem da gestação do

nosso tempo e dos princípios superiores provados pela experiência dos séculos.

III

Para nós e no momento presente o problema que mais interessa e eu sinto inquieta a consciência de muitos de nós é saber em que podem esse *clima social* e esse *cima político* — o vento da guerra digamos — prejudicar a nossa marcha ou contender com os interesses primordiais da Nação.

Na esfera dos interesses externos da Nação portuguesa é simples verificação de factos ao alcance de todos que em nada as nossas concepções, organização política, métodos de trabalho prejudicaram alianças, entendimentos, amizades ou colaboração com aquêles a quem nos ligavam antigos compromissos ou representavam a garantia da melhor defesa da nossa liberdade e dos nossos direitos. Não julgo necessário descer a pormenores neste assunto que aliás tenho certo melindre em versar: o País está hoje habilitado a julgar se e como foram defendidos os seus interesses nacionais e imperiais, no meio da maior convulsão que certamente houvermos de atravessar desde o começo da nacionalidade. Aos que não puderam ainda fazer-nos justiça, nem às intenções nem aos actos, eu aconselharia se regozijem ao menos com os resultados e deixem à História o julgamento definitivo. Se perante esta é porém preciso o depoimento de alguém que viveu intensamente todo o drama, eu posso dizer, eu devo em consciência dizer que sem ordem interna, sem calma política, sem unidade nacional nem espírito patriótico, sem finanças e sem crédito, sem organização e direcção superior da economia, sem armas e sem exército, sem navios e sem armada, sem Governo estável, sem disciplina e autoridade, quere dizer, fora e à margem de tudo o que constitui o trabalho, a essência e o espírito desta situação política, não sei como havíamos de distinguir o nosso inte-

rêsse do interêsse alheio, separar do acidental e transitório a directriz permanente da nossa História e vencer com amigos e inimigos tão grandes dificuldades. Não afirmo que outros com engenho excepcional e no meio da habitual desordem as não pudessem vencer; digo apenas que de outra forma eu não saberia fazê-lo.

O clima social do tempo presente não nos perturba nem pode preocupar-nos a nós que, se logo de comêço tomámos posição contra alguns sistemas doutrinários em moda, também desde sempre enfileirámos ao lado dos descontentes da actual organização social. A crise política do mundo junta ao desequilíbrio moral e ao estado de miséria gerado pela guerra está porém criando condições que, se podem apressar uma evolução conveniente, podem também provocar subversões catastróficas. Desenvolve-se uma tática a que levemente se fecham os olhos e para a qual seria prudente todos os tivessem abertos: reclamar instituições fracas para se instaurar e exigi-las ao depois fortes para se manter. Por êste caminho se subverterá muito do que até há pouco se considerava salvo para a civilização do ocidente.

Reputo inútil e prejudicial manter a êste respeito ilusões e pensar que não nos separam de outros movimentos ou revoluções conceitos básicos de vida e de civilização. Não seria sério da nossa parte que temos bem a consciência do possível meter-nos impudoradamente a prometer a lua nem seria digno acompanhar o grande côro de adulação das massas, como se em seu benefício se houvessem de ressuscitar velhos privilégios, de facto inexistentes para outras classes da população.

À parte estas reservas continuamos fiéis ao nosso primeiro pensamento relativamente aos trabalhadores. «Com a mesma solicitude com que temos acudido a outras necessidades e com a mesma tenacidade com que havemos resolvido outros problemas, até há pouco considerados insolúveis, disse eu em 32, nós trataremos do seu emprêgo, da sua habitação, da sua hygiene, da sua saúde, da sua invalidez, do seu salário, da sua educa-

ção, da sua organização e defesa, da sua elevação social, da sua *dignidade*; nós melhoraremos a sua condição — não digo bem — nós transformaremos a sua posição na vida económica e no Estado». Nós só fazemos às mais largas reformas no campo económico e social, excepção «das que desconheçam o princípio da hierarquia dos valores e dos interesses e da mais perfeita conjugação destes dentro da unidade nacional».

Muito antes de alguns que timidamente se lhe hão referido nós ousámos afirmar que o reconhecimento do direito ao trabalho, sejam quais fôrem as dificuldades da sua execução antes de profundas transformações na economia de hoje, deve ser a grande conquista do século, e o mais sério instrumento de emancipação do trabalhador. Muito antes de outros que timidamente reclamam ainda hoje a escola única e a escola gratuita, nós proclamámos a necessidade de a instrução não ser privilégio de facto das classes abastadas ou médias mas simplesmente o caminho aberto aos mais aptos para a mais racional valorização de todos os elementos no meio social. Se a isso acrescentarmos — o que é aliás corrente nos povos modernos — permanecerem abertos os quadros da vida social e da organização política, disporemos das bases que nos proporcionam a segurança necessária, a devida justiça e a igualdade possível. Instrução aos mais capazes, lugar aos mais competentes, trabalho a todos, eis o essencial; tudo o mais, como no Evangelho, virá por acréscimo.

Faltam algumas palavras àcerca do clima político no que pode relacionar-se com o nosso acto eleitoral.

A tendência marcada da nossa Constituição é no sentido da democracia orgânica que a organização corporativa, quando estendida a tôdas as formas de actividade social, deverá realizar. Continuo convicto de que, à falta de fórmulas mais não descobertas ainda, será essa a mais conveniente ao povo português, senão aos outros, pois dará a projecção exacta da nação no Estado. Sob o seu regime, com perfeita propriedade se poderá dizer que o Estado é a nação socialmente organizada.

Por outro lado, com a prudência de quem trabalhava num

mundo instável e em ebulição, a própria Constituição Política admitiu várias fórmulas de compromisso com outras idéias e instituições correntes. Não haveria em qualquer caso razão, mas sobretudo acho cedo para sacrificar prováveis soluções de futuro a fórmulas das quais se pode afoitamente dizer que não se enobreceram mas se gastaram com a idade e o uso. Não há, porém, dúvida de que está feita uma opinião pública internacional àcerca destas manifestações da vontade popular por via eleitoral e nós só podemos tirar vantagem de que esta se manifeste uma vez mais no presente momento. E porque somos de opinião de que não se pode governar contra a vontade persistente de um povo, êste dirá se deve mudar-se de sistema.

IV

Não julgo que a fórmula — pela Nação através do partido — tenha tido ou possa ter séria aplicação em Portugal. Não só nas crises nacionais mas sempre que a consciência pública sentiu mais fortemente a necessidade de sobrepor às estéreis lutas partidárias os interesses da nação, se procurou fugir ao regime e ao espírito de partido, para, em plano sobranceiro às rivalidades pessoais ou de grupo, se resolverem problemas ou satisfazerem necessidades da colectividade nacional. Que a isso se tenha chegado através de entendimentos ou tréguas parlamentares, da neutralização de certas pastas, de governos de concentração, de governos extrapartidários ou de governos nacionais, o significado é o mesmo, quando se pretende auscultar a virtualidade ou nocividade do espírito partidário no govêrno do país.

Guiados por esta claríssima lição da experiência, tentámos erguer-nos ao plano nacional não só na consideração dos problemas a resolver mas das pessoas e métodos a aplicar. Como outros, podemos dizer — tudo o que é nacional é nosso;

tudo o que é nacional pela finalidade e pelo espírito nós o tomamos como programa, como aspiração, como método. Por isso apelamos em espírito de sinceridade para todos os homens, independentemente da sua origem e categoria, do seu credo religioso, de suas preferências de regime, de suas antigas filiações partidárias, para um trabalho de conjunto a bem da Nação.

Certamente se exige, a bem das indispensáveis qualidades morais em todo o que se destina a servir o bem público, a adesão a certo reduzido número de princípios que são a própria base e condição do trabalho em comum. Mas parece que ninguém o pode estranhar. Há mais de vinte anos tive a ousadia de proclamar que todo o Estado mesmo o Estado liberal, obedece a uma concepção filosófica e que o governo é por si mesmo uma doutrina em acção. Se alguma lição se deduz com nitidez desta guerra é — que o liberalismo se equivocara na equiparação da verdade e do erro: foi-se obrigado a reconhecer — e muitos o têm de fazer contra teimosas atitudes do seu espírito — que há, para os povos e na direcção da sua vida colectiva mal e bem verdade e erro, doutrinas de vida e doutrinas de morte. Senão pela razão, pelos frutos as conhecemos.

Fiéis a este pensamento, pretendeu-se que a União Nacional não se constituísse em partido. Não só se mantém aberta a todos os homens de boa vontade — a organização é bem uma espécie de voluntariado da política — como não tem interferência na governação pública e não aspira ao recrutamento do funcionalismo ou do pessoal político. Sabe-se que nem mesmo tem sido necessário pertencer aos seus quadros para fazer parte dos mais altos corpos do Estado, do Governo, das Câmaras e da Administração Pública. Ainda que isso seja causa de alguma fraqueza do organismo político, e até do Estado, entendemos sempre que a cura do partidarismo exigia todos os sacrifícios e merecia bem o esforço de todas as tentativas.

Nesta orientação nada impede que a União Nacional inclua nas listas apresentadas ao sufrágio nomes de pessoas independentes, que por formação mental ou modo de ser não se

dispõem a aderir a tais ou tais dos nossos princípios mas podem com vantagem desempenhar os seus deveres de Deputados. Nem a esses nem a outros se pede ou pediu nunca em nome da disciplina que dêem o seu voto a qualquer medida ou atitude. O que qualquer partido exige dos seus partidários como regra indispensável de vida e de trabalho, dentro dos mais liberalísimos e democráticos sistemas, não o exigimos nós. Contentamo-nos com votos livres de consciências esclarecidas pelo estudo dos problemas e pelo amor do seu País.

Ignoro se indivíduos que a si próprios definem e marcam posições de hostilidade quererão disputar as eleições, concorrer com lista própria — chamemos-lhe, por facilidade, de opposição. Podem e têm o direito de fazê-lo; e, se as pessoas apresentadas ao sufrágio, pelo facto de representarem altos valores mentais e morais ou constituírem mesmo verdadeiras autoridades sociais que tão lamentavelmente vão desaparecendo no nosso tempo e na nossa terra, forem superiores aos candidatos apresentados pela União Nacional, será até vantajoso que a Nação os prefira. Farei apenas uma restrição — é que se dispam do seu facciosismo, se o têm, do seu espírito de partido, se o conservam, das suas idéias feitas, porque nada disso interessa ao País, ou, melhor, ao País interessa decisivamente que nada disso ressuscite.

Nenhum de nós supõe que a doutrina, o programa, os actos do Governo têm sempre a aprovação geral, e que não há por consequência um maior ou menor número de indivíduos que pela sua formação mental, sentimentos pessoais ou antigos compromissos e ligações, não estão dispostos a concordar e muito menos a dar-nos o seu apoio ou aplauso. Mas porque só com a negação nada se pode construir, tenho tido interesse em investigar, através dos elementos de informação disponíveis, as suas idéias concretas de governo aproveitáveis ou úteis ao País. E tenho verificado o seguinte.

A maior parte da actividade mental de muitos inimigos da situação tem sido dispendida em insultos de ordem pessoal dos quais a maior percentagem, não digo honrosamente mas

de direito me é dirigida a mim. Julgo porém que, além da primeira semana, seria difícil com tal bagagem governar ou resolver o mais insignificante problema nacional.

Além desta parte que tão caracteristicamente define os métodos políticos do passado, há, se assim me posso exprimir, dois capítulos: — um, recheado de frases sonoras e ôcas sôbre aquelas mesmas decantadas liberdades que nos foram liberalmente recusadas em tempos idos e porventura em seu próprio nome; outro com o sumário dos problemas permanentes e das necessidades reais do País, para que se exige satisfação imediata.

O mais estranho que descubro neste particular é provir tudo do mais completo e caliginoso desconhecimento da actividade governativa dos últimos anos. E o pior é que, enquanto o País político fôr Lisboa o caso pode repetir-se; porque há coisas que se pedem e já estão realizadas, e há outras em que se trabalha intensamente por tôda a parte, à vista de tôda a gente. Essa Lisboa parece não ter a menor noção das estradas nem dos portos comerciais ou de pesca, nem das obras de hidráulica, nem da arborização das serras e dunas, nem da colonização interna, nem dos aeródromos, nem dos melhoramentos rurais, nem das escolas e da instalação dos serviços públicos, nem da restauração dos monumentos, nem da habitação popular, nem da urbanização das cidades e vilas — de nada, em suma. E continua a reclamar o infinito.

Faço outro reparo: se um plano se desenvolve por cinco ou dez anos, porque é impossível dentro do condicionalismo português realizá-lo em menos, não é sério que se no-lo exija no fim do primeiro. A única coisa a discutir é se os princípios segundo os quais tal plano ou programa se desenvolve, as bases em que assenta, os meios com que actua garantem ou não a sua execução integral.

Vinham estas considerações para dizer que não tenho encontrado, depois da síntese que pudemos formular das aspirações e necessidades da nação portuguesa, grande possibilidade para se estabelecer uma base doutrinária ou constituir

um agrupamento sério de homens que, à maneira corrente noutros países se pudesse considerar um partido político. Junto a essa impossibilidade técnica ou de princípio, a observação seguinte:

Deus me livre de desvirtuar os ensinamentos da história, mas se bem tenho compreendido, por baixo e por trás de enganosas aparências, a pura, a sêca realidade do parlamentarismo e partidarismo português, parece ser que nunca tivemos mais que um grande partido e outro ou outros que na melhor hipótese e nos intervalos descansavam o primeiro das canseiras do poder. E quando por acaso não foi isto, foi ainda pior, isto é, veio a incapacidade de governar através do fracionamento das fôrças partidárias.

E tudo nos conduz à mesma conclusão — esgotar, se é possível, tôda a potencialidade duma situação não partidária e nacional, que os povos, retalhados na sua carne e divididos no seu espírito, nos invejam e nós — tão cegos ou tão desventurados! — não sabemos por vezes apreciar.

V

Falta-me examinar ainda um ponto delicado mas sôbre o qual corajosamente se devia dizer alguma coisa um dia, e pode ser hoje.

A permanência para além do que a nossa instabilidade habitual podia desejar ou prever, de certo número de individualidades no exercício das mesmas funções, pode ter criado a sensação de que estão indefinidamente barrados os acessos, e de que as renovações desejáveis, o aproveitamento de valores novos, a satisfação de ambições legítimas não podem nestas circunstâncias verificar-se. A situação — talvez pessoalmente eu próprio — aparecerá como árvore frondosa sob cuja sombra espessa nada politicamente pode vicejar e crescer. Nada mais injusto e menos exacto.

Pelo que respeita ao conjunto das autoridades, aos chefes da administração, aos homens de govêrno, as coisas passam-se com a estabilidade apenas de qualquer país em ordem e bem governado. Relativamente ao Chefe do Estado, eu considero como o maior favor da Providência que o País tenha compreendido a inapreciável vantagem da sua permanência e lhe tenha imposto expressivamente em plebiscitos sucessivos continuar no exercício das suas altas funções. Quanto ao Chefe do Govêrno, todos os homens reflectidos podem concluir que o problema só teria interêsse se de direito ou de facto se houvesse estabelecido um diarquia em Portugal. A Providência que de tantos erros e perigos nos tem livrado, por intermédio da prudência e moderação dos homens, também dêste nos livrou. É um dos princípios do regime que fielmente adopto e sigo não haver nunca razão contra o Chefe do Estado, o que significa terem os problemas políticos só um árbitro supremo, a cuja decisão esclarecida tôdas as fôrças obedecem.

Nem eu podia pensar nunca, trocando o patriotismo pela vaidade, no que de lisonjeiro pudesse deduzir-se da situação actual; antes entendi sempre que a fôrça e o interêsse do País não estão em apresentar um exemplo de longevidade governamental mas em dispor de muitos homens preparados para as altas funções do Estado. De mais não tenho ambições nem interêsse em governar (digo-o por não ser qualidade mas defeito). Apenas tenho o desejo, êsse sincero e profundo, de que uma obra à qual muitos dedicaram e tantos já sacrificaram a vida não seja exposta à ignara incompreensão, à incompetência total, ao redemoínho de tão baixas mentalidades e de tão vis paixões que nos desonrem como homens e nos envergonhem e traiam como portugueses.

VI

Só mais duas palavras para um apêlo ao país. O nosso povo é avesso ao voto, por temperamento, pela má recordação de tempos idos em que lhe arrastava dissabores e prejuízos, por comodismo, por confiança nas pessoas e até, quem sabe, por inata desconfiança no processo. Mas há circunstâncias em que se lhe podem pedir sacrifícios graves. Pouparamos-lhe o do sangue para defender a integridade, a honra e o direito da Nação; não podemos poupar-lhe o do voto que exprima a sua vontade com a clareza possível.

Nós devemos fazer a nossa vida sem sujeição a sistemas, figurinos ou gostos alheios; mas esta mesma atitude de dignidade e independência nos aconselha no momento presente a afirmar, sem subterfúgios, a nossa consciência política e a nossa vontade de nos governarmos segundo as nossas preferências.

Votar é assim um grande dever.

Composto e Impresso na
EDITORIAL IMPÉRIO, Lda
Rua do Salitre, 151-155
Telefone 53173/4 — LISBOA

EDIÇÕES
SNI
LISBOA

NB



EFG0000014658

S.N